

## Introdução

A escolha do tema dessa dissertação, como toda escolha, tem uma história. No caso em questão, essa história envolve, em primeiro lugar, o interesse pelas Ciências Sociais, em especial pela Antropologia, tendo em vista que minha formação inicial é na área de Comunicação Social. Ao longo do curso de graduação, também realizado na PUC, algumas disciplinas, como “Antropologia Cultural” e “Cultura Brasileira”, despertaram em mim o interesse pelo olhar de e sobre o “outro”. Desde aquela época, ficou claro que mais tarde faria o mestrado que agora se encerra.

Os anos se passaram e muitas foram as experiências pessoais que contribuíram para reforçar aquele objetivo. Em 2000, passei seis meses nos Estados Unidos. Era a primeira vez que tinha uma experiência mais longa no exterior. Convivendo com pessoas provenientes de diversas culturas e partes do globo, descobri-me “hispanica” ao olhar estrangeiro, ainda que rejeitasse profundamente incluir-me nessa categoria.

Em 2002, outra experiência foi ainda mais decisiva para que me interessasse pelo tema que mais tarde daria corpo a essa dissertação. Naquela ocasião, ganhei uma bolsa para estudar na Espanha. Já próxima de concluir a graduação em Comunicação Social, optei por matricular-me no Departamento de Antropologia da Universidade Autônoma de Madri, onde tive o primeiro contato acadêmico com o tema das migrações. A disciplina chamava-se “Migrações e Relações Interétnicas” e o trabalho final deveria ser resultado de uma pesquisa com um grupo de imigrantes. Por conta disso, passei cerca de quatro meses convivendo com ambulantes senegaleses na capital espanhola. Jovens, negros e muçulmanos, esses rapazes ganhavam a vida, muitos deles sem sequer dominar o idioma espanhol, vendendo CDs falsificados nas ruas de Madri. Com o dinheiro adquirido, esses exímios comerciantes mantinham a família e, não raro, também abriam negócios no país de origem.

Chamava atenção o fato de que os percalços que marcavam a trajetória desses sujeitos, desde a vinda para a Espanha – alguns tinham gastado as economias da família para embarcar em “pateras” sem qualquer garantia de que chegariam ao destino almejado –, até o dia-a-dia no país – pautado pela insegurança e ilegalidade – não era suficiente para os fazer desistir do objetivo de realizar o “sonho europeu”. Afinal de contas, já eram vitoriosos, ao menos para os milhares de jovens senegaleses que permaneciam no continente africano esperando uma oportunidade para seguir os mesmos passos. Durante aquela experiência me dei conta de como a imigração deveria, ao menos naquele contexto, ser entendida como um projeto familiar, de como a rede é fundamental nesse processo e de como não se deve subestimar a capacidade dos sujeitos de se adaptar inventando e reproduzindo padrões. Questões que, como se verá ao longo dos capítulos, reaparecem nessa dissertação.

Foi assim que, já formada, ao cursar uma disciplina como ouvinte na graduação de Ciências Sociais da PUC, fiquei muito impressionada com a informação dada por um estudante cabo-verdiano de que o arquipélago de Cabo Verde, situado na costa Ocidental da África, tem mais habitantes vivendo no exterior do que dentro do país. Isto é, cerca de 430 mil pessoas vivem dentro dos limites geográficos do arquipélago, ao passo que oficialmente mais de 500 mil conterrâneos são contabilizados no exterior – cifra que pode chegar a 1 milhão se incluídos também os descendentes. Na época, trabalhava como repórter da editoria Internacional e estava prestes a fazer o exame de admissão para o curso de mestrado. O projeto que havia elaborado era outro, mas aquela informação me deixara bastante instigada: se o tema das migrações me mobilizava, aquela sociedade deveria ser o objeto de estudo ideal.

Foi assim que, quando ingressei no mestrado e me vi ante a necessidade de definir aquele que seria meu objeto de pesquisa nos próximos dois anos, busquei localizar os cabo-verdianos no Rio de Janeiro, certa de que, se tantos deles viviam no exterior, uma comunidade tinha que haver no estado. Na Internet, encontrei os telefones da associação cabo-verdiana de São Paulo, onde me forneceram o número de um ex-diretor da associação do Rio de Janeiro – sim, havia uma! –, em Mesquita, na Baixada Fluminense. Bastante receptivo ao telefone, Paulo<sup>1</sup> me

---

<sup>1</sup> Os nomes foram substituídos por outros, típicos de Cabo Verde, para garantir a privacidade dos entrevistados.

contou que naquela semana o presidente do arquipélago participaria de um encontro com conterrâneos no auditório da Universidade Santa Úrsula, no bairro de Botafogo. Segundo ele, essa seria uma boa oportunidade para que eu conhecesse a comunidade. Com um bloco de notas, uma câmara fotográfica e dispondo de poucas informações sobre Cabo Verde, fui ao encontro. Lá me deparei com cerca de 100 estudantes cabo-verdianos – que, como se verá, mais tarde se tornaram o foco desse trabalho –, dezenas de imigrantes, além, é claro, do presidente Pedro Pires, em campanha por reeleição. Nesse sentido, posso dizer que foi tudo muito rápido: no período de apenas uma semana fiquei sabendo que havia uma comunidade cabo-verdiana no Rio de Janeiro e fui apresentada ao presidente daquele país.

Assim, o tema estava claro, mas era ainda demasiadamente amplo. Apenas quando fui mais vezes a campo, ocasião em que cursava no mestrado a disciplina “Relações raciais em contextos urbanos”, que o recorte na percepção dos cabo-verdianos sobre as relações “raciais” no Brasil se delineou. Vale destacar que eles são geralmente identificados como negros e mulatos e, não raro, confundidos com brasileiros. Pesquisando um pouco mais sobre o arquipélago, constatei que o processo de construção da identidade nacional cabo-verdiana é ancorado em um discurso sobre a mestiçagem, o que reforçava ainda mais a pertinência do enfoque escolhido.

Assim, antes de mapear o conteúdo de cada capítulo, localizando onde essas questões serão desenvolvidas, apresento a hipótese principal que foi formulada a partir da delimitação do objeto de pesquisa, qual seja, a de que os estudantes cabo-verdianos vivem um intenso processo de (re)construção identitária durante sua estadia no Rio de Janeiro. Com isso, outras perguntas foram elaboradas:

- Quais identidades acionam os estudantes cabo-verdianos no Rio de Janeiro?
- De que forma esses estudantes representam as relações “raciais” na sociedade brasileira?
- As atuais políticas multiculturais que vêm sendo implementadas no Brasil interferem no olhar que os ilhéus têm sobre si e sobre a identidade nacional cabo-verdiana?

Inicialmente cogitou-se realizar um estudo comparativo entre imigrantes e estudantes, plano que, ao longo da pesquisa, foi abandonado<sup>2</sup> e optou-se por se concentrar no segundo grupo. No entanto, as nove entrevistas que já haviam sido realizadas com imigrantes serviram como referências importantes e foram de grande ajuda para a análise do universo dos estudantes.

No que diz respeito aos estudantes no Rio de Janeiro, mapeou-se uma rede e, a partir dela, foram feitas 30 entrevistas, com perguntas abertas e fechadas. A condição era que estivessem há pelo menos um ano matriculados em uma universidade brasileira, fosse ela pública ou privada. Como será detalhado no capítulo 4, a maioria dos jovens vem para o Rio de Janeiro através de convênios firmados com o Ministério da Educação de Cabo Verde. Atualmente, há cerca de 300 cabo-verdianos matriculados em instituições de ensino superior no estado.

A maior parte das entrevistas foi realizada individualmente<sup>3</sup> nas casas dos estudantes, mas também nas universidades ou em lugares públicos. Praticamente todas foram gravadas. Entre os imigrantes, as conversas também tiveram lugar majoritariamente em suas casas, mas algumas delas foram realizadas durante viagem de duas semanas a Cabo Verde, em outubro de 2006. Na ocasião, houve a oportunidade de embarcar rumo àquele país, junto com imigrantes cabo-verdianos, em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB)<sup>4</sup>. Durante o período, foram realizadas ainda outras entrevistas. Uma delas, em grupo, contou com a participação de seis jovens que tinham concluído o ensino superior no Brasil<sup>5</sup>. Essa entrevista foi realizada na cidade de Praia, capital do país. Por fim, durante a estadia no arquipélago, houve a oportunidade ainda de entrevistar o sociólogo e historiador cabo-verdiano, Antonio Correia e Silva, atualmente reitor da Universidade de Cabo Verde, o técnico superior do Instituto das Comunidades

---

<sup>2</sup> Um dos fatores que contribuíram para isso foi a total interrupção das atividades da associação entre novembro de 2005 e fevereiro de 2007, quando foi eleita uma nova diretoria.

<sup>3</sup> Apenas uma entrevista no Rio de Janeiro foi feita em grupo.

<sup>4</sup> Em contato com o Ministério de Relações Exteriores do Brasil, soube-se que um avião da FAB iria a Cabo Verde buscar militares para um treinamento no Brasil. Como o voo iria vazio, foi possível embarcar, juntamente com 17 imigrantes, rumo ao país. Alguns dos imigrantes não retornavam a Cabo Verde há mais de 30 anos.

<sup>5</sup> Nesse caso não houve uma delimitação do estado onde tinham estudado, havendo pessoas que concluíram seus estudos em São Paulo, Brasília, Minas Gerais, etc. Além disso, informa-se que, somadas, foram realizadas 36 entrevistas com estudantes e ex-estudantes – como eventualmente se referirá àqueles entrevistados em Cabo Verde –, sendo 18 homens e 18 mulheres.

(IC)<sup>6</sup> Daniel Costa e a presidente da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e Cidadania de Cabo Verde, Vera Duarte. Essas entrevistas foram realizadas nos locais de trabalho dos entrevistados, também em Praia.

Durante a viagem a Cabo Verde, tendo ficado hospedada em casas de parentes de imigrantes e de estudantes, foi possível um convívio intenso com a cultura local. No Rio de Janeiro, o contato se deu principalmente através dos eventos organizados pela Associação dos Estudantes Cabo-Verdianos do Rio de Janeiro (Aecerj), como palestras, festas e “cachupadas”<sup>7</sup>, e por aqueles organizados pela associação de imigrantes (Associação Cabo-verdiana do Estado do Rio de Janeiro – Acerja), como almoços, bingos e tardes dançantes.

Em relação à estrutura da dissertação, uma grande inspiração veio das idéias de Abdelmalek Sayad (1998)<sup>8</sup>. Em suas reflexões sobre os imigrantes, Sayad observa que “o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território; o imigrante ‘nasce’ nesse dia para a sociedade que assim o designa” (1998: 16). Contudo, como ressalta esse autor, “o imigrante, antes de ‘nascer’ para a imigração, é primeiro um emigrante” (1998: 18).

Sayad, que define a migração como um “fato social total”, é enfático em destacar a importância de se buscar compreender o que designa como as “duas faces de uma mesma realidade” (1998), isto é, a história pregressa das pessoas e a experiência adquirida após o deslocamento. Concordando com o autor, ainda que os principais sujeitos dessa pesquisa sejam estudantes e não imigrantes, como é o caso do grupo de argelinos sobre o qual se baseia o estudo de Sayad, acredita-se que tanto o processo de partida quanto o de chegada/inserção noutra sociedade devem ser, conjuntamente, objeto de reflexão.

Dito isso, buscou-se dividir a dissertação da seguinte forma: no capítulo 2 são tratados os temas relativos ao Brasil, isto é, à sociedade receptora, que pareceram relevantes para a pesquisa; já no capítulo 3 são enfocados determinados aspectos da sociedade cabo-verdiana, seguindo o mesmo critério, enquanto no capítulo 4 se buscou concentrar na experiência dos estudantes – e,

---

<sup>6</sup> Órgão do governo responsável por promover e executar a política governamental relacionada às comunidades cabo-verdianas no exterior.

<sup>7</sup> Encontros em que os conterrâneos se reúnem para comer a “cachupa”, prato considerado típico de Cabo Verde, feito a base de milho, feijão, legumes, toucinho e carne. É semelhante ao “cozido” no Brasil.

<sup>8</sup> A obra do autor também influenciou os trabalhos de Petrus (2001) e Subuhana (2005).

ocasionalmente, também dos imigrantes – no Rio de Janeiro. É certo que a separação não se dá de forma estanque, já que alguns assuntos abordados atravessam essas fronteiras, que se revelaram um tanto quanto porosas ao longo do trabalho. De qualquer maneira, a estrutura estabelecida é uma tentativa de destacar a importância de se considerar o deslocamento como parte de um processo mais amplo, que inclui a sociedade de acolhida tanto quanto a de origem.

Sendo assim, o capítulo 2 inicia abordando o tema das migrações. O Brasil, que historicamente se concebeu como um país de imigrantes, processo fortemente influenciado pela ideologia do branqueamento, se converte em décadas mais recentes em um país exportador de mão-de-obra. Por outro lado, como uma via de mão-dupla, novos fluxos de imigrantes, que em nada se assemelham aos europeus que no passado se instalaram em zonas rurais brasileiras, vêm se estabelecendo nas grandes metrópoles do país. Em seguida, passa-se ao tema das relações “raciais” no Brasil. Nessa parte, é traçado um panorama que vai desde a ideologia do branqueamento, passando-se pelas idéias de Gilberto Freyre, até chegar às propostas multiculturalistas, que hoje vem sendo implementadas por meio de políticas governamentais. Nesse contexto, busca-se mapear o debate, que é atualmente alvo de calorosa discussão na sociedade e no meio acadêmico. Por fim são apresentadas algumas peculiaridades do chamado “racismo à brasileira”.

No capítulo 3, o foco é a sociedade de origem, isto é, Cabo Verde. Como há pouca informação disponível sobre o arquipélago no Brasil, considerou-se necessário apresentar alguns aspectos relevantes da história desse país, a influência da emigração e da educação na estrutura social pouco tempo depois do povoamento das ilhas, bem como os destinos escolhidos por esse “povo de emigrantes”. Além disso, buscou-se abordar a importância das redes sociais para a configuração de uma cultura migratória, ou melhor, para a construção de uma (trans)nação cabo-verdiana. No mesmo capítulo, tratou-se ainda do processo de elaboração da identidade nacional cabo-verdiana, marcada por oscilações ao longo da história, e da forte influência das idéias de Gilberto Freyre sobre a mestiçagem. Como foi possível perceber, as idéias de Freyre foram apropriadas pelos intelectuais do país e são até hoje reproduzidas pela população local quando se discorre sobre as relações “raciais” no arquipélago. Por outro lado, expôs-se também o estigma que recai sobre a população da ilha de Santiago, considerada a “mais africana” do país, e sobre os imigrantes provenientes do continente

africano, os chamados “mandjakos”, vistos como “negros puros”. Por fim, é situada a importância atribuída hoje à formação no exterior, em substituição à emigração, como forma de mobilidade social em Cabo Verde.

No capítulo 4, o foco principal são os cabo-verdianos no Rio de Janeiro. A “comunidade” é formada principalmente por dois grupos: o de imigrantes, que chegou nas décadas de 1960 e 1970, e o de estudantes, que vêm com o objetivo de obter uma formação de nível superior. Nesse capítulo, buscou-se, portanto, apresentar os sujeitos da pesquisa, suas formas de sociabilidade, os espaços que ocupam no Rio de Janeiro e as particularidades do grupo. Tentou-se ainda apresentar a imagem que tinham do Brasil antes de vir e o porquê da escolha (ou não) pelo país. Em seguida, foi feita uma associação entre a experiência de estudar no exterior e a noção de rito de passagem. Isso porque, se em Cabo Verde prevalece uma noção coletiva de pessoa, no Rio de Janeiro esses jovens se descobrem indivíduos em relação à sociedade receptora. Além disso, aqui são obrigados a gerir finanças, tomar decisões, cuidar da casa, da alimentação, dos estudos, sem qualquer ingerência da família. Mas o retorno, quando concretizado, é recompensador, na medida em que, como prevê o rito, os sujeitos adquirem novos papéis sociais. A reincorporação também deverá ser marcada por um fortalecimento da solidariedade orgânica, como aponta Durkheim (1978). Passando ao tema que é um dos focos principais da pesquisa, buscou-se compreender a forma como imigrantes e estudantes representam as relações “raciais” no Brasil e de que maneira lidam, em seus cotidianos, com elas. Da mesma forma, tentou-se apontar como a inserção social determina a maneira como os cabo-verdianos se classificam “racialmente”. Nesse contexto, apresentou-se a influência que exerce sobre os estudantes uma visão polarizada do sistema “racial”, predominante no ambiente universitário. Além disso, procurou-se compreender de que forma esse e outros aspectos contribuem para a (re)construção de identidades negra e africana entre a maioria desses jovens, ainda que estas não sejam a todo tempo acionadas. Em seguida, discutiu-se de que maneira os brasileiros, segundo os sujeitos da pesquisa, representam o “negro estrangeiro”. No mesmo capítulo o olhar foi deslocado para os Estados Unidos, apresentando-se os resultados de um estudo desenvolvido com imigrantes cabo-verdianos naquele país, o que permitiu tecer comparações relevantes com o caso pesquisado. Adiante, observou-se como entre os estudantes cabo-verdianos o

corpo se converte no lócus de uma identidade negra afirmativa, seja ela pautada por um África “tradicional” ou por símbolos americanos de modernidade. Por fim, analisou-se a temática do retorno, que, como se verá, configura-se como uma questão em aberto.